



I  
encontro  
METROPOLITANO

pelo fim da  
VIOLÊNCIA  
contra  
as  
MULHERES



I  
encontro  
METROPOLITANO

pelo fim da  
VIOLÊNCIA  
contra  
as  
MULHERES

“Que a violência contra a mulher  
seja inaceitável para você também”



## Ficha Técnica

Anais do I Encontro Metropolitano pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

Realização: Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação de Mulheres Brasileiras

Parcerias: Articulação Negra de Pernambuco | FERU- Fórum de Reforma Urbana | Secretaria Estadual de Mulheres da CUT | Marcha Mundial de Mulheres | UBM - União Brasileira de Mulheres | Secretarias de Mulheres do PT e do PSB | MDDH - Movimento de Defesa dos Direitos Humanos | CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social | Coordenadoria da Mulher das Prefeituras de Recife e de Olinda | Secretaria de Direitos Humanos de Recife | gabinete da deputada Tereza Leitão | estudantes de comunicação da Universidade Católica de Pernambuco | TV Solidária

Expositoras: Ana Bosch | Ana Paula Maravalho | Ana Paua Portella | Ana Veloso | Carmen Silva | Suely Oliveira | Wilza Vilella

Relatoria e diagramação: Nataly Queiroz

Supervisão: Ana Paula Portella | Joana Santos

Projeto gráfico: Ghustavo Távora

Fotografias: Ghustavo Távora | Emanuela Castro | Joana Santos

Revisão e produção executiva: Fátima Ferreira

Impressão: Gráfica Provisual

E 56 Encontro Metropolitano pelo Fim da Violência contra as Mulheres (1.:2007: Recife)

Anais do I Encontro Metropolitano pelo Fim da Violência contra as Mulheres / Nataly Queiroz(ed.)  
- Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2007.

1. Violência contra a Mulher. QUEIROZ, Nataly (ed.)

Edição

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593 – Madalena – Recife – PE

Tel.: +55 81 3087.2086 / Fax: +55 81 3445.1905

e.mail: [sos@soscorpo.org.br](mailto:sos@soscorpo.org.br)

[www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)

Apoio

Secretaria Especial de Políticas para Mulheres | Unifem | Global Fund for Women | Oxfam-Novib | EED

impresso no Brasil – fevereiro de 2008



|                                                                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Apresentação .....</b>                                                                                                 | <b>06</b> |
| <b>Programação .....</b>                                                                                                  | <b>08</b> |
| <b>Auto-organização das Mulheres e o Enfrentamento da<br/>Violência contra as Mulheres na Perspectiva Feminista .....</b> | <b>09</b> |
| Movimento e Organização Política das Mulheres .....                                                                       | 09        |
| Carmen Silva                                                                                                              |           |
| Violência contra as Mulheres: abordagem político conceitual .....                                                         | 11        |
| Ana Paula Portella                                                                                                        |           |
| Trabalho e Violência contra as Mulheres .....                                                                             | 14        |
| Suely Oliveira                                                                                                            |           |
| Violência e Saúde das Mulheres .....                                                                                      | 16        |
| Wilza Villela                                                                                                             |           |
| <b>Debates .....</b>                                                                                                      | <b>19</b> |
| <b>Panorama da Violência contra as Mulheres e as<br/>Ações de Enfrentamento na Região Metropolitana do Recife .....</b>   | <b>22</b> |
| Violência contra as Mulheres: o que sabemos da Região Metropolitana do Recife .....                                       | 22        |
| Ana Paula Maravalho                                                                                                       |           |
| Políticas Públicas e Rede de Serviços no Enfrentamento da Violência contra a Mulher .....                                 | 24        |
| Ana Veloso                                                                                                                |           |
| Ações do Movimento no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres .....                                                  | 26        |
| Ana Bosch                                                                                                                 |           |
| <b>Debates .....</b>                                                                                                      | <b>29</b> |
| <b>Grupos de Trabalho .....</b>                                                                                           | <b>32</b> |
| Metodologia .....                                                                                                         | 32        |
| Avaliação e Proposições dos Grupos .....                                                                                  | 32        |
| Propostas coletivas para o Fórum de Mulheres de Pernambuco e Parceiros (as) em 2008 .....                                 | 33        |
| <b>Conclusões .....</b>                                                                                                   | <b>34</b> |



## Apresentação

Este documento é resultado do I Encontro Metropolitano pelo Fim da Violência Contra as Mulheres na Região Metropolitana do Recife, realizado nos dias 22 a 24 de novembro de 2007.

Este I Encontro foi uma iniciativa do FMPE-Fórum de Mulheres de Pernambuco e da AMB-Articulação de Mulheres Brasileiras que contou com o apoio do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Realizado no contexto das ações do 25 de novembro – Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra a Mulher – o Encontro constituiu-se em um espaço de construção de análises sobre violência contra as mulheres. Foi realizado com o objetivo de apontar propostas de ações coletivas para o fortalecimento do movimento de mulheres e das mobilizações dos grupos de mulheres que compõem o FMPE - Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Para a realização do Encontro, além do Fórum de Mulheres de Pernambuco, contou-se com a articulação de um conjunto amplo de sujeitos políticos que lidam com o problema da violência contra as mulheres, como a Articulação Negra de Pernambuco, o FERU-Fórum Estadual de Reforma Urbana, a Secretaria Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT, a Marcha Mundial de Mulheres, a UBM-União Brasileira de Mulheres, as Secretarias de Mulheres do PT e do PSB, o MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos e o CENDHEC-Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social.

O Encontro contou ainda com o apoio das Coordenadorias da Mulher das Prefeituras de Recife e de Olinda, da Secretaria de Direitos Humanos de Recife, do gabinete da deputada estadual Tereza Leitão, de estudantes de comunicação da Universidade Católica de

Pernambuco e da TV Solidária. A mesa de abertura do Encontro simbolizou esta diversidade, com representantes de cada uma destas articulações, que fizeram uma saudação política à realização desta mobilização.

O Encontro teve a participação de cerca de 300 mulheres dos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço, Camaragibe, Olinda, Paulista e Abreu e Lima. Representantes regionais da AMB. A Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e a Liga de Lésbicas da Paraíba também se fizeram representar. As mulheres participantes do Encontro eram integrantes de grupos populares e comunitários, sindicalistas, organizações feministas, partidárias, estudantes ou professoras vinculadas a departamentos e/ou coordenações de cursos de universidades, associações e institutos acadêmicos. Muitas atuavam em outros movimentos sociais, nos quais as questões de gênero e violência vêm sendo discutidas, como é o caso dos movimentos e organizações que tratam de crianças e adolescentes, jovens ou idosos e daqueles que lidam com a questão racial, os direitos humanos e o direito à cidade.

A metodologia de trabalho foi participativa e construída em diálogo com os diversos parceiros do processo de preparação do Encontro, através de reuniões ampliadas, da elaboração de materiais de divulgação – vinhetas, folder, banner, faixas, panfletos, fotos, vídeos – e da articulação permanente com a imprensa local, inclusive com a realização de uma coletiva de imprensa, na qual foram apresentados resultados de pesquisa sobre violência contra a mulher nos serviços públicos de saúde.

A significativa participação dos grupos

populares de mulheres só foi possível graças à articulação política entre os movimentos e entidades parceiras, que garantiu o transporte para as mulheres e contribuições à infra-estrutura do Encontro.

A realização de duas mesas com exposições temáticas sobre diferentes aspectos da violência contra as mulheres foi a base para a discussão política que ocorreu nos grupos de trabalho. Nestas mesas, foram abordadas as seguintes questões:

- Auto-organização política das mulheres e o enfrentamento da violência contra a mulher na perspectiva feminista;
- Movimentos sociais e organização política das mulheres;
- Abordagem político-conceitual da violência contra as mulheres;
- Consequências da violência para o trabalho das mulheres;
- Violência e saúde das mulheres;
- Panorama da violência contra as mulheres na Região Metropolitana do Recife-RMR;
- Políticas Públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres;
- Ações do movimento de mulheres no enfrentamento à violência.

Os debates que se seguiram às exposições ampliaram o diálogo, necessário para se repensar o contexto de violência vivido pelas mulheres na RMR e a forma como o movimento de mulheres vem enfrentando essa situação. Neste sentido,

também foi fundamental o diálogo com as experiências dos grupos de mulheres nos trabalhos de grupos. Os momentos de animação e encerramento contaram com a declamação de poesia e apresentações teatrais do grupo Loucas de Pedra Lilás.

Por fim, as diversas propostas apontadas pelo I Encontro Metropolitano não só animam o movimento de mulheres como, sobretudo, apontam os vários desafios que estão colocados para a nossa prática política, seja no monitoramento aos serviços de atendimento à mulher vítima de violência ou na relação política com os diversos órgãos de governo que atuam nesta frente. Os resultados deste Encontro, como se verá a seguir, chamam a atenção ainda para o desafio de o movimento se manter em uma proposição crítica e autônoma com relação ao Estado e aos governos, para que estes assumam, de fato, a garantia e execução das políticas públicas para as mulheres, a criação de uma rede de atendimento às vítimas e efetivação da Lei Maria da Penha, de modo a garantir o acesso a direitos e uma vida digna, sem violência, para todas nós mulheres. Finalmente, o Encontro apontou ainda a importância das ações voltadas para a sociedade, de modo a transformar as relações sociais e culturais que sustentam e legitimam a violência contra as mulheres.

Articulação de Mulheres Brasileiras  
Fórum de Mulheres de Pernambuco

## Programação

### 22 de novembro de 2007

14h - Abertura com representantes dos movimentos sociais organizadores do evento

15h15 - Mesa: Auto-organização das mulheres e o enfrentamento da violência contra as mulheres na perspectiva feminista

- Movimento e organização política das mulheres - Carmen Silva (coordenadora de educação do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia)

- Violência contra as mulheres: uma abordagem político-conceitual - Ana Paula Portella (coordenadora de pesquisa do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia)

- Trabalho e violência contra as mulheres - Suely Oliveira (Feminista)

- Violência e saúde das mulheres - Wilza Villela (Psiquiatra - UNIFESP)

17h15 - Debate

18h - Encerramento do dia

### 23 de novembro de 2007

8h30 - Dinâmica de abertura

8h45 - Mesa: Panorama da violência contra as mulheres e ações de enfrentamento na RMR

- Violência contra as mulheres: o que sabemos sobre a RMR - Ana Paula Maravalho (integrante do Observatório Negro de Pernambuco)

- Políticas públicas e rede de serviços no enfrentamento da violência contra as mulheres -

Ana Veloso (jornalista e coordenadora do Programa de Direitos Reprodutivos e Sexuais do Centro das Mulheres do Cabo)

- As ações do movimento no enfrentamento à violência contra as mulheres - Ana Bosch (arte-educadora e coordenadora do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás)

9h45 - Apresentação do vídeo "A luta do Movimento de Mulheres Rota Pacífica, na Colômbia"

10h - Trabalho em grupo

12h30 - Almoço

14h - Trabalho em grupo (continuação)

16h - Intervalo

16h15 - Trabalho em grupo (continuação)

18h - Encerramento do dia

### 24 de novembro de 2007

8h30 - Dinâmica de abertura

8h45 - Plenária de apresentação dos resultados das discussões em grupo e debates

11h30 - Encerramento - Coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco

12h - Espetáculo do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás





## **Movimento e organização política das mulheres**

Por Carmen Silva, coordenadora de educação do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Vamos tratar da auto-organização das mulheres, ou seja, da forma e dos motivos pelos quais nos organizamos. Esta fala inicial, de abertura, tem o objetivo de promover uma maior concentração, dar mais força e nos levar a pensar no sentido deste encontro. Abordaremos a organização do movimento de mulheres e, dentro deste, do movimento feminista. O que é ser feminista? Esta é uma pergunta que escutamos com frequência nos encontros e nas oficinas. O que é ser uma mulher feminista? Uma feminista é uma mulher que pensa com sua própria cabeça, que anda sobre seus próprios pés e reconhece na outra mulher uma companheira; uma mulher que quer mudar a situação de outras mulheres, que não se sente submissa. Ser feminista é uma atitude de vida. Uma atitude de querer construir um mundo melhor para todas as mulheres e também para os homens, afinal o mundo é um só. Quando construirmos um mundo melhor para nós, também haverá benefícios para os homens. Mas vale lembrar que nós, no movimento feminista, estamos decididas a mudar a situação de vida das mulheres, porque existem outros movimentos que atuam em outras frentes.

Como está a situação de vida das mulheres? Qual é a realidade que queremos mudar? Esta realidade, com certeza, é pior do que a vida dos homens, mesmo quando somos pobres e nos comparamos aos homens pobres; mesmo quando somos negras e nos comparamos aos homens negros. O homem pobre também sofre o desemprego e a exploração; o homem negro também sofre o preconceito, o desemprego, a situação de pobreza, mas a mulher negra e pobre sofre muito mais. A mulher branca também porque é inegável a dominação dos homens no

mundo. Como podemos comprovar isto? Basta observar quem é o Presidente da República da maioria dos países. Quem é a maioria no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Vereadores? Quem é a maioria nas presidências de empresas? Quem é a maioria dos grandes esportistas que ganham muito dinheiro? Quem é a maioria dos donos dos meios de comunicação? São os homens.

Os homens controlam o mundo e, pior, as nossas famílias. Pode ser que uma ou outra mulher tenha um formato de família não dominado por homem, mas é uma exceção. Por todos estes fatores, a situação de vida das mulheres é pior do que a dos homens. Somos diferentes e não é por isso que vamos ser consideradas inferiores ou aceitar uma situação de desigualdade. Atualmente vivemos uma situação de desigualdade, sustentada por quatro colunas, uma destas diz respeito ao trabalho. O trabalho do homem ainda é diferenciado da mulher e considerado com maior valor. Nas profissões que aglutinam maior número de mulheres, os salários são mais baixos, como, por exemplo, as professoras do ensino infantil, empregadas domésticas e enfermeiras.

Além disto, as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho doméstico. Quando não somos as responsáveis pelos serviços domésticos é porque temos como pagar outra mulher para tal, mas, mesmo assim, precisamos administrar a casa. Isto nos é cobrado pelos homens, os quais se beneficiam disto, e por mulheres também, afinal nem todas são conscientes desta situação. Ao observarmos as estatísticas podemos ver que as mulheres ocupam os espaços de maior pobreza. Principalmente as negras que vivem do biscate, da prestação de serviço. Isto diminui a possibilidade

de autonomia e de participação política da mulher.

Se a primeira coluna, o trabalho, fosse a única, provavelmente, a casa despendaria e viraríamos este jogo. Mas a relação de poder é a segunda coluna que sustenta a desigualdade. As estruturas de poder estão ocupadas pelos homens. As leis favorecem os homens na escolha dos ocupantes do parlamento, dos espaços do executivo e legislativo. Nos últimos anos aconteceram algumas mudanças. No trabalho, por exemplo, aumentou a inserção das mulheres na vida profissional, no entanto também cresceu o desemprego. No parlamento, já é possível ver mulheres, assim como no executivo e nas direções de sindicatos. Também fazemos o movimento de mulheres e feminista, o qual é uma forma de poder das mulheres. Através deste movimento, mudamos a nossa situação de vida.

A terceira coluna é o controle existente sobre nosso corpo e a nossa sexualidade. Podemos dizer “ninguém manda em mim”, no entanto é constrangedor chegarmos em um bar e encontrarmos uma foto de mulher nua, além de estar tocando uma música sobre “periquita”. Ou fica-se constrangida ou com ódio. Têm muitas mulheres conquistando sua liberdade sexual, construindo outros tipos de família. Mulheres que não se casam, casam com outras mulheres ou só querem namorar, sem ter filhos. Ainda lutamos para que possamos pensar em sexo não apenas para ter filhos. Ter filhos é muito bom para quem quer criar, mas não deve ser obrigado para todas. Começamos a perceber que sexo é para dar prazer e que este controle sobre a sexualidade nos reprime. Tal mudança está acontecendo e é promovida por nós, mulheres que participam do movimento e outras que não estão neste espaço, mas estabelecem as suas formas de resistência individual.

O quarto pilar da desigualdade é a violência. O controle só é possível por duas formas: convencimento ou força. A violência existe porque os homens não aceitam a liberdade das mulheres, donas de seus corpos, da sua sexualidade, com trabalho, com prazer e com autonomia para decidir sobre suas próprias vidas. Tal comportamento se reflete em uma pergunta ouvida por muitas vítimas de violência: “o que

você fez?”. Existem muitas mulheres rebeldes no mundo, as quais têm a chama de quem não aceita a desigualdade, mesmo que não participe do movimento feminista. Juntamente conosco, as companheiras possuidoras desta rebeldia, desta resistência, estão ajudando a mudar o mundo. Nós, que queremos um mundo justo e melhor, nos organizamos, afinal este mundo não irá acontecer só porque querermos. O movimento de mulheres se constitui como um movimento social para isto, para mudar o mundo.

Existem pontos fundamentais para serem construídos ao longo do I Encontro Metropolitano pelo fim da Violência contra as Mulheres para que possamos fortalecer nosso movimento: é preciso pensar que precisamos ter uma causa (e temos). Nossa causa somos nós mesmas. Nosso direito à liberdade, a nossa autonomia, de pensar com a própria cabeça e andar com os próprios pés. Queremos direitos iguais e esta é a nossa causa. Lutamos por nós e pelas outras mulheres que não estão conscientes da situação de desigualdade. Neste encontro, serão construídas propostas, a partir das experiências individuais, dos grupos, das redes, porque um movimento que não tem idéias não se põe de pé. Temos causas e precisamos ter idéias para sustentá-las.

Outra característica fundamental do movimento é a capacidade de mobilização. As mulheres têm dado exemplos desta característica em Pernambuco e no Brasil. Precisamos dizer aos governos, que recebem os impostos pagos por nós, quais são as políticas que queremos. Reivindicamos além das delegacias e casas-abrigo, emprego, capacitação profissional, direito à aposentadoria, terra para trabalhar, valorização da pequena produção, da economia solidária, saúde e educação. Para exigir estes direitos, é necessário capacidade de pressionar.

Queremos também dizer para a sociedade que não somos o sexo frágil, inferiores, seres humanos de segunda classe. Somos mulheres com força, com determinação, com garra. Somos mulheres que vão mudar o mundo. Para dizer isto precisamos ser movimento, tendo causas e idéias que o sustentem, além de força de mobilização. Acredito que este encontro é impulsionador da construção destes desejos. Desejamos ir além das Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres

todos os meses, além das Conferências, ou seja, ansiamos muito mais. Para tal, é necessário ter causa, idéias e força de mobilização em todos os lugares, na Região Metropolitana do Recife, na Zona da Mata, no Agreste, no Sertão, no Brasil.

Feminismo é uma atitude de vida. Precisamos ter coerência nas nossas ações, nos nossos grupos e em todos os espaços. Coerência é

quando o que dizemos da boca para fora é o mesmo que dizemos da boca para dentro. Não mudaremos o mundo se não nos mudarmos. E mudar a nós mesmas é levantar a cabeça, não aceitar a dominação, a submissão, construir um movimento forte, com idéias, com uma causa, a qual consiste em mudar a situação de vida das mulheres e transformar o mundo pelo feminismo.

## **Violência contra as Mulheres: abordagem político-conceitual**

Por Ana Paula Portella, pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Este é um momento político importante para a organização de mulheres no Estado de Pernambuco e pode ser importante para contribuir com a organização das mulheres também no país. Para começar nossa conversa, vamos apresentar aqui um breve panorama da violência contra as mulheres da forma como vem sendo compreendida pelo movimento feminista no Brasil e em outros países.

No Brasil existem muitas formas de violência. A cada dia surgem novas e mais dramáticas faces, que vitimam as pessoas e não apenas as mulheres. Por isto, é importante estabelecermos, logo de início, a nossa compreensão sobre o problema tratado neste encontro, a violência contra as mulheres. Trata-se, então, da violência sofrida pelas mulheres pelo simples fato de serem mulheres e pela situação de subordinação diante dos homens na sociedade. Na grande maioria das vezes, essa violência é cometida por homens, em geral, companheiros (ex ou atuais) e em algum espaço doméstico ou familiar. Ou seja, pode acontecer em algum ambiente no qual a família esteja reunida ou presente.

Motivada por ciúmes e desejo de controle dos homens sobre as mulheres, esta violência expressa a natureza patriarcal de nossa sociedade e atinge mulheres de todas as idades, raças, etnias e classes sociais. É uma violência que se estende por longos anos sobre a forma de violência psicológica, física e sexual dentro e fora dos casamentos e, muitas vezes, leva à morte das mulheres. No entanto, antes disto, provoca danos profundos na saúde física e mental das vítimas, além da sua vida

profissional, social e política.

Envergonhadas e assustadas, as mulheres que passam por situação de violência se isolam do mundo e, com isto, reduzem as possibilidades de encontrar ajuda. Esta violência patriarcal também acontece no espaço público sobre a forma de violência institucional, assédio sexual e moral. Por tudo isto, enfrentar a violência contra as mulheres tem sido um dos principais desafios dos movimentos de mulheres em todo o mundo e há décadas. Compreendemos que, enquanto existir violência, não alcançaremos nem igualdade entre homens e mulheres, nem relações sociais justas e solidárias. Mas esta não é uma tarefa fácil. Embora tenham sido muitas as conquistas nestes últimos 20 anos, ainda há muito por fazer.

A violência contra as mulheres é uma expressão das desigualdades de poder nas relações sociais entre homens e mulheres, sendo agravada pelas desigualdades econômicas, pelo racismo e pela homofobia. As diferentes formas de violência sexista se sustentam em algumas idéias compartilhadas e que podem ser visualizadas em dois grandes conjuntos.

O primeiro, reúne idéias como: 1) o homem é chefe da família e a cabeça do casal. A mulher, portanto, faz parte do conjunto de posse daquele, na condição de filhas, irmãs e/ou esposas; 2) os homens e as mulheres têm papéis complementares e recíprocos na família. Por exemplo, se um provê a casa, a outra deve fazer a comida. Há um acordo tácito entre homens, mulheres e os demais membros da família para que isto seja cumprido. Neste contexto de suposta divisão recíproca das tarefas, as pessoas acreditam que o uso da força



---

**“O segundo conjunto de idéias que sustenta a violência de gênero tem a ver com amor e romance. É baseado em ideais como: o amor verdadeiro implica na união completa das pessoas de tal forma que elas se fundem, desaparecem, levando à plena entrega do casal. Na teoria, isto se daria de forma igual para homens e mulheres, no entanto, na prática, as mulheres se fundem e desaparecem em maior proporção do que os homens”**

---

pelo homem seria eficaz para que as crianças entendam qual é o seu lugar na família.

Nesta concepção, a violência e a força ensinariam as pessoas a aceitarem e se conformarem com seus papéis e funções, aceitando, portanto, a dominação masculina. É comum encontrar em trabalhos de pesquisa com homens que batem em mulheres, respostas sobre a motivação da violência do tipo: “bati porque eu estava fazendo a minha parte e ela não estava fazendo a dela”. Argumentavam que colocavam dinheiro em casa e, quando chegavam, a comida não estava pronta, as crianças não estavam banhadas. Logicamente, não viam que a mulher trabalhava fora e também colocava dinheiro em casa, igual a ele, mas só viam a “outra parte”, a não cumprida. Eles dizem: “Eu disse para fazer e ela não fez. Além de tudo, eu quis fazer sexo, mas ela não quis, dizendo que estava cansada. Era obrigação dela fazer isto. Eu pedi, ela não fez. Eu gritei, ela não fez. O que me restava? Bater. Era a única forma dela aprender o seu lugar e a sua obrigação”. À primeira vista, observa-se neste tipo de fala o recurso da violência como uma forma de ensinar, uma pedagogia perversa. Mas esta pedagogia tem uma finalidade clara que é a manutenção do poder dos homens na família e na sociedade e, conseqüentemente, a permanência dos seus privilégios, como o tempo livre para lazer e

descanso e desresponsabilização com os cuidados com as crianças e com o trabalho doméstico. Esta “pedagogia”, portanto, é um mecanismo auxiliar da exploração do trabalho das mulheres na família.

Vale lembrar que a violência e a força só são utilizadas por quem tem poder. Os homens que têm poder sobre as mulheres, a utilizam. Os homens e as mulheres que têm poder sobre as crianças também. O inverso não acontece – e nem desejamos que aconteça.

O segundo conjunto de idéias que sustenta a violência de gênero tem a ver com amor e romance. É baseado em ideais como: o amor verdadeiro implica na união completa das pessoas de tal forma que elas se fundem, desaparecem, levando à plena entrega do casal.

Na teoria, isto se daria de forma igual para homens e mulheres, no entanto, na prática, as mulheres se fundem e desaparecem em maior proporção do que os homens. Estes mantêm a liberdade, sendo esperado das mulheres obediência e fidelidade. Tal tipo de entrega amorosa justifica a posse e o ciúme, sentimentos entendidos como prova de amor. Mas o ciúme não é um sentimento abstrato, ele se concretiza no controle da vida da outra pessoa, podendo levar ao uso da força e da violência.

É comum que as mulheres em situação de violência digam: “eu fui gravemente espancada, estou machucada e quero largar este homem”. Se perguntarmos como a violência começou ou como se iniciou a relação, em muitos casos a resposta é: “mas no namoro, ele era tão diferente, tão cuidadoso e ciumento. Ele cuidava de mim. Não deixava eu ir na esquina de tanto que me amava”. Existe, portanto, uma certa confusão entre ciúme, controle, posse e prova de amor que não é, de modo algum, gratuita. Pelo contrário, é profundamente útil para a manutenção do domínio patriarcal, expresso no controle masculino sobre as mulheres que irá permitir, por sua vez, que a força seja usada adiante.

Historicamente, a violência tem sido utilizada como instrumento de poder, dominação e exploração, sendo parte importante da formação social brasileira e latino-americana, estruturada pelo uso da força e do massacre para a



exploração, dominação econômica, cultural e política. No Brasil, o uso da violência deixou marcas profundas e se perpetuou nas relações de gênero e de classe, além daquelas relações baseadas na raça e na etnia. Na vida privada, a violência foi um instrumento da dominação patriarcal sobre as mulheres e se estendeu para o campo da economia e da política através do patriarcalismo e do autoritarismo. As mulheres, especialmente as negras e pobres, foram sistematicamente atingidas pela violência na nossa história. A violência sexual é o maior exemplo disto e se expressa de forma muito clara no estupro das negras durante o período escravocrata.

A violência sexista é resultado das desigualdades de poder, que produzem outras desigualdades materiais e simbólicas. O Brasil é um país imenso e diverso, para o bem ou para o mal. E assim como são variados os nossos ecossistemas e as nossas manifestações culturais, do mesmo modo, o são os contextos da violência vividos pela população e pelas mulheres. Cada um destes contextos exige uma compreensão própria que possa resultar, tanto em políticas, quanto em ações do movimento capazes de enfrentá-los.

As mulheres sofrem violência dos seus parceiros em todos os contextos, no entanto a experiência demonstra que a violência doméstica pode se manifestar de maneira mais ou menos grave, a depender da situação em que vivem as mulheres. Alguns exemplos: as mulheres que enfrentam o toque de recolher, imposto por traficantes em Santo Amaro e Ibura não podem pedir ajuda ou fugir de casa pela madrugada, quando são espancadas pelos maridos. Esta é uma realidade diferente da mulher que mora no bairro das Graças, do Espinheiro ou em Boa Viagem. O mesmo vale para a trabalhadora rural, moradora de um sítio ou de alguma área da Região Metropolitana do Recife, sem telefone nem

transporte pela madrugada. Estes dois tipos de mulheres têm maiores chances de se submeterem aos seus agressores e serem mortas, do que as residentes em um bairro de classe média, com ônibus, orelhão na frente de casa, porteiro com interfone e vizinho na porta do lado.

Ainda existem outras situações: a profissional do sexo que atua na noite ou nas estradas está exposta, ao mesmo tempo, à violência dos clientes e dos parceiros, muitas vezes, em lugares distantes e ermos, onde não é possível pedir ajuda. A velha violência doméstica e sexual parece, portanto, se cruzar com outras formas de violência, deixando as mulheres em situações muito difíceis e arriscadas.

Ainda que parcialmente, as políticas existentes parecem responder bem apenas às mulheres moradoras de áreas urbanas e centrais das grandes cidades. Todas as outras estão descobertas. Na Região Metropolitana do Recife há outros 13 municípios que estão descobertos com relação a estas políticas. Isto exige um esforço político para compreender e enfrentar estas diferentes situações. Além disto, não é mais possível ignorar a relação perversa entre cada forma de violência, na qual cada uma torna a outra mais grave. Estou me referindo aqui à forma como o sexismo no Brasil se junta com o racismo, a homofobia e com a criminalidade, como é o caso do Grande Recife, para reforçar um ciclo de violência cada vez mais complexo.

Enfim, a tarefa do movimento não é fácil, mas já sabíamos disto. A experiência dos movimentos de mulheres em Pernambuco e no Brasil, além deste Encontro Metropolitano, está para demonstrar que não nos falta força nem coragem para enfrentar esta dificuldade. Momentos como este, de diálogo, de articulação em movimentos e sujeitos políticos são de imensa riqueza, fortalecendo e renovando nossa luta.



**“Não nos falta força  
nem coragem”**

# Trabalho e Violência contra as Mulheres

Por Suely Oliveira, psicóloga, feminista e integrante do conselho curador da Fundação Perseu Abramo

Esta é a minha primeira exposição como sociedade civil, depois de dez anos como gestora pública, além de inaugurar a minha volta a Pernambuco. O tema sobre “Trabalho e violência contra as Mulheres”, aponta algumas vertentes. Primeiro, a sobrecarga de trabalho, a tripla jornada e as desigualdades salariais e em segundo lugar, o assédio moral e sexual. No caso das condições de trabalho, desigualdades salariais e discriminações no mundo do trabalho, vale lembrar das trabalhadoras domésticas. No Brasil, cerca de oito milhões de pessoas exercem trabalhos domésticos, na maioria mulheres negras e com baixo nível de escolaridade. Deste universo, 2/3 dos empregos não pagam encargos sociais e mais de 80% não assinam a carteira profissional.

Mesmo depois da Constituição Federal de 1988, quando a categoria passou a ter acesso a alguns direitos já conquistados por outros profissionais de diversos países, esta realidade não mudou no Brasil. É importante pensarmos na exploração, que estas mulheres são submetidas com cargas horárias perversas, folgas inexistentes, assim como no grande número de crianças e adolescentes obrigados (as) a trabalhar nestas funções, segundos dados da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isto acontece porque o espaço doméstico é resguardado de intervenções externas, dificultando o acesso de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, as delegacias de proteção à mulher, na fiscalização do trabalho doméstico.

Devemos abrir parênteses para falar sobre a relação entre este trabalho e os assédios sexual e moral. Dificilmente alguém testemunhará contra um dos seus familiares e o assédio sexual continua aparecendo de forma naturalizada e banalizada. A novela Duas Caras, por exemplo, exhibe, cotidianamente, cenas de assédio de um jovem de classe média contra a empregada doméstica. O tratamento dado ao fato é de normalidade.

Lenira Carvalho, do Sindicato das Empregadas Domésticas de Pernambuco, em

um seminário, abordava a relação entre patroa e empregada e, ainda que não utilizasse o termo assédio moral, tratava diretamente do assunto. A patroa utiliza formas variadas de lidar com a trabalhadora doméstica, por vezes infantilizada, em outros momentos, agressiva, humilhante ou de ridicularização. Tudo isto consiste na descrição do assédio moral. É óbvio que temos avanços com as trabalhadoras urbanas, considerando a realidade das nossas avós ou mães. Mas é importante frisar que existem desigualdades de salários, oportunidades de emprego, situações de violações, discriminações e diversos tipos de violência vivenciados pelas mulheres no ambiente de trabalho.

No campo do trabalho, as diversas formas de violência se manifestam explícita e implicitamente, impregnadas por uma cultura que viabiliza estes tipos de prática no ambiente do trabalho. O assédio moral é um dos grandes problemas, o qual atinge trabalhadores e trabalhadoras, principalmente as mulheres negras.

Uma pesquisa realizada pela Confederação dos Trabalhadores do Sistema Financeiro Nacional constatou que 40% da categoria sofrem assédio moral. As mulheres representam 50% da força de trabalho neste

---

**“No caso do assédio sexual, os registros geralmente se referem às mulheres agredidas pelos homens. Poucas vezes ouvimos falar sobre homens assediados pelas mulheres. O assédio reflete a própria cultura em que vivemos e se trata menos de obter favores de natureza sexual do que de afirmar o poder dos homens, considerando a mulher como um objeto. É como se a mulher devesse aceitar e até se sentir lisonjeada”**

---

sistema. Isto significa uma conquista, no entanto, segundo os dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT) tal realidade está mais associada à produção, a relação capital-trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade, reduzindo os custos, do que ao reconhecimento do trabalho das mulheres. Se houvesse valorização, não teríamos apenas 4% das bancárias presentes nas diretorias e com salários 20% menores do que os dos homens.

Por tais questões, é importante pensar no papel da organização das mulheres. A Central Única dos Trabalhadores há 20 anos criou a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e, mais recentemente, a Secretaria Nacional de Mulheres da CUT para combater todas as formas de discriminação e violência a que as mulheres estão submetidas. Daí a importância de um Encontro como este, no qual o movimento se reúne por dois dias para fazer uma reflexão, não só sobre sua atuação, mas pensando em estratégias para o futuro, observando onde estamos acertando e onde podemos fazer melhor. Entre os anos de 2004 e 2005, a CUT realizou uma campanha de combate a violência contra a Mulher no Trabalho, lançado em todo o Brasil, inclusive em Pernambuco. A campanha recebeu o nome de “Violência contra a Mulher – Tolerância Nenhuma”.

É importante também citar a luta das mulheres camponesas para estabelecer igualdade de oportunidades e também enfrentar as desigualdades que sofrem. Vivemos o modelo econômico capitalista-liberal, expresso neste espaço como agro negócio, o qual representa a agricultura em função do lucro para poucos e da exploração do trabalho, especialmente das mulheres. As trabalhadoras rurais também enfrentam a sobrecarga, a tripla jornada de um trabalho pesado, penoso e difícil. Além disto, poucas trabalhadoras conseguem concluir o ensino fundamental, devido ao mito de que “quem trabalha na roça não precisa estudar.” Muitas vezes lhes é negado o direito previdenciário sob o argumento de que são “apenas domésticas” e não, trabalhadoras rurais. Estas mulheres também sofrem a violência advinda do uso do agrotóxico (que provoca má formação do feto, destruição do meio ambiente, marcas de agressão na natureza e

nas pessoas), a violência física, cultural e da identidade camponesa. O Centro Josué de Castro, uma organização não-governamental de Pernambuco, realizou há anos uma pesquisa sobre o impacto no corpo das mulheres pelo uso do agrotóxico.

O movimento das trabalhadoras rurais, que se expressa principalmente na Marcha das Margaridas e que reuniu esse ano (2007) cerca de 50 mil trabalhadoras rurais em Brasília, é um exemplo da importância deste movimento.

Para fechar, gostaria de fazer dois comentários sobre o assédio moral e o sexual. Neste último caso, os registros geralmente se referem às mulheres agredidas pelos homens. Poucas vezes ouvimos falar sobre homens assediados pelas mulheres. O assédio reflete a própria cultura em que vivemos e se trata menos de obter favores de natureza sexual do que de afirmar o poder dos homens, considerando a mulher como um objeto. É como se a mulher devesse aceitar e até se sentir lisonjeada.

O assédio sexual causa danos profundos, mas diferentemente da violência física, é difícil de se perceber como uma agressão na nossa cultura. Pois, vivemos em uma sociedade em que as mulheres ouvem comentários sexistas, maldosos e, muitas vezes, considera isso como um elogio. No mundo do trabalho, tal prática é vista quase como natural, com o chefe fazendo o mesmo tipo de observação com relação à sua subordinada. Este é um tipo de violência ainda difícil de enfrentar.

O assédio moral, por sua vez, também é difícil. No mundo da competição, o trabalhador e a trabalhadora temerosos de perder o emprego não denunciam a prática. Este tipo de violência trata-se daqueles comportamentos, gestos, atos, escritos, os quais podem trazer danos à personalidade, à dignidade e à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pondo em perigo seu emprego e degradando o ambiente de trabalho. O assédio moral se apresenta como forma de desqualificar, desacreditar, humilhar, ridicularizar, isolar, vexar, além de induzir ao erro.

É difícil lidar com os assédios moral e sexual, mas é preciso estarmos atentas e ampliar os espaços de debate sobre estas temáticas.



# Violência e Saúde das Mulheres

Por Wilza Villela, médica psiquiatra e pós doutoranda da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

No caminho para o Encontro, estava lendo um jornal e me deparei com duas notícias: a primeira, de uma garota de 15 anos, presa numa cela com 20 homens, em Belém (PA). Além do absurdo da situação, me chamou a atenção alguns fatos curiosos. Primeiro, a suspeita de que isto é uma prática comum: colocar meninas ou mulheres jovens em celas masculinas para que os homens transem e se acalmem, evitando rebeliões nos presídios. Ou seja, uma medida preventiva no sistema carcerário. Por trás disto, está a idéia de que o sexo nos homens é algo indomável, que eles não são capazes de conter a sexualidade deles e que se pode utilizar o corpo de uma pessoa, no caso de uma mulher, para resolver a falta de controle deles, fazendo isto da forma mais cruel.

A matéria do jornal não discutia o absurdo da situação. Havia apenas um comentário da governadora do Estado sobre seu desconhecimento desta prática no sistema carcerário local, mas que agora havia sido noticiada do fato. E o maior espaço do jornal O Estado de São Paulo era para discutir a idade da vítima, se era uma menina ou não era, embora todos concordassem que ela fosse menor de idade.

A outra matéria versava sobre o Dia Mundial de Luta contra a Aids. Uma pesquisa apontava que a epidemia crescia de maneira mais descontrolada no Norte e no Nordeste, mas também nas demais regiões do país, em meninas e meninos gays. Há cerca de 20 anos, quando se falava da Aids, se dizia que a epidemia privilegiava os homens homossexuais e as mulheres profissionais do sexo. Em todas estas situações, é escondido o cidadão heterossexual.

Nos dois casos, ocorre o distanciamento entre o fato e a sua interpretação. Nós, seres

humanos, sempre interpretamos os fatos em diferentes sentidos. Os fatos em si não têm valor. Nós é que os caracterizamos como bonitos ou feios. Na primeira matéria, me chamou a atenção o fato de ninguém interpretar a violência contra a menina como tal e sim, dando o enfoque na idade dela ou na observação de que a delegada era mulher, a governadora era mulher e isso acontecia.

Em nenhum momento, o caso foi interpretado como uma violência contra a mulher. Essa abordagem demonstra o lugar ocupado pelo corpo da mulher. Na outra matéria, sobre os dados do HIV, ninguém questiona os dados, em uma comparação com outros anos e o homem heterossexual se mantém escondido. Vivemos em um mundo em que o poder do homem se expressa e se expande de

uma maneira que não percebemos.

Estamos falando de fatos e interpretações porque queremos mudar a interpretação de alguns fatos, principalmente daqueles considerados “normais”. Muitas pessoas consideram normal ouvir gritos de homens contra mulheres, pois “seria o papel da mulher ajudar e apoiar o homem que chega nervoso depois do trabalho”. Algumas vezes achamos, inclusive, que isto é amor. Essa prática é característica da representação do amor como posse e até como um descarrego das pulsões. É em função destas interpretações que as mulheres morrem.

Por outro lado, precisamos encarar estas práticas como uma violência. Isto é uma tarefa. Precisamos pensar nestas coisas que interpretamos como amor, como sexo, como natureza de homens e de mulheres, inclusive, é necessário refletir sobre a nossa interpretação de violência.

Temos, por exemplo, a violência



**“No Brasil, apenas 13% dos agressores são punidos”**

institucional. Não devemos confundir falta de educação com violência, principalmente quando um serviço de saúde nega o atendimento a uma mulher que provoca um aborto e lhe dizem: “você não soube fazer? agora sofra um pouquinho”. Isto é violência também. A causa disso é o lugar desvalorizado que as mulheres ainda ocupam na sociedade.

Metade dos homicídios de mulheres, provocados por homens, se transformam em processo e, mesmo nestes casos, nada acontece. No Brasil, apenas 13% dos agressores são punidos de alguma forma, isso com variações de acordo com os estados, mas vale lembrar que esta punição nem sempre é a prisão. O homicídio de mulheres deve ser considerado um crime inafiançável e hediondo, pois cumpre todos os requisitos para tal.

É bom chamar a atenção para o fato de que não podemos chamar tudo de violência. O assédio moral é diferente do sexual. Precisamos discriminar as diversas formas para pensar em ações efetivas.

A violência mais freqüente é também a mais difícil de ser percebida e a que traz mais problemas para a saúde. Trata-se da junção da violência moral, psicológica, dos maus tratos e da privação. Por que este tipo causa mais problemas? Porque a saúde traz consigo a idéia de viver bem e de exercer todas as nossas capacidades humanas. O mundo precisa deste exercício para que possa se desenvolver, ir para frente. O mundo precisa das nossas inteligências e da nossa capacidade de trabalho. Se alguém fala todo o tempo que somos feias, incapazes, desajeitadas, geladeiras, vamos nos encolhendo e, de imediato, perdemos saúde. As mulheres adoecem também de uma maneira muito particular, mas não levamos a sério porque nós também introjetamos a idéia de não nos levarmos a sério. Os homens dizem que somos burras, chatas, sem graça e nós acreditamos e nos comportamos como tal. Bem como desqualificamos a nossa companheira, afirmando que ela é chata, que tem fricote e vive reclamando da vida.

O sintoma psicológico resultante da violência aparece de diferentes formas: depressão, insônia, transtornos alimentares (come muito ou come pouco), através da sensação de

---

**“A saúde traz consigo a idéia de viver bem e de exercer todas as nossas capacidades humanas. O mundo precisa deste exercício para que possa se desenvolver, ir para frente. O mundo precisa das nossas inteligências e da nossa capacidade de trabalho. Se alguém fala todo o tempo que somos feias, incapazes, desajeitadas, geladeiras, vamos nos encolhendo e, de imediato, perdemos saúde. As mulheres adoecem também de uma maneira muito particular, mas não levamos a sério porque nós também introjetamos a idéia de não nos levarmos a sério.”**

---

deslocamento, de não se sentir em si. Em alguns momentos nós, mulheres, que sofremos estas violências nos sentimos esquisitas, sem prazer ou alegria na vida, “todo mundo é bonito, menos eu”, “todo mundo é feliz, menos eu”. Estamos sem graça, mas continuamos trabalhando, transando com o marido, cuidando dos filhos, mesmo sem algo que estimule, de fato, a vida. Este é um tipo de sintoma muito característico, pois não costumamos achar que estamos doente. Não costumamos relacionar isto a esta forma muito freqüente de violência.

Falamos deste sintoma não é para que nos sintamos mais infelizes, mas para pensarmos na possibilidade de falar disto mais amplamente. Quando podemos falar, não precisamos guardar determinadas coisas em nós que começam a nos “comer”. Muitas pessoas têm úlcera, começam a comer demais porque o coração está vazio, pesado, apertado. Nos entupimos de comida e começamos a ficar gordas. Ou, ao contrário, muitas não comem nada, porque não se acham merecedoras de nada. O principal é falar. E falar também para reconhecer. Este encontro é para reconhecer em quais situações a violência

acontece. Este exercício de falar e se reconhecer, reconhecendo que somos inteligentes, seria o primeiro passo importante para nos livrarmos de uma carga de doença, causada por um determinado tipo de violência. Mas isto é muito pouco e não resolve a questão do homicídio, por exemplo.

Quando uma pessoa morre, a memória acaba. Quando somos espancadas ou ficamos paraplégicas, passamos a vida inteira com a memória daquela humilhação. Então, são experiências muitas vezes piores, porque conviver com a memória de dor, pode ser mais dolorido do que não ter a memória.

Uma das estratégias importantes para o enfrentamento do problema é a constituição de redes que possam, por um lado denunciar a violência e, por outro, dar o suporte e o espaço de fala para que as mulheres reconheçam a violência.

Existe uma grande demanda ao setor público por políticas públicas que possam contribuir no enfrentamento da violência. Uma destas demandas está dirigida diretamente aos serviços de saúde, no sentido de melhorar o diagnóstico da violência para dar um encaminhamento para o caso, afinal, se ela estiver apanhando, sendo desqualificada, não adianta ir ao serviço de saúde e ficar apenas tomando remédio. Ela precisa resolver a própria vida.

Temos que olhar com cuidado estas reivindicações, por duas razões: os serviços de saúde são precários e no caso específico da violência conjugal é complicado atribuir à mulher, a responsabilidade de dar conta do que é responsabilidade do homem. Isto era visto quando as mulheres se infectavam pelo HIV com um homem que estava “fora” da epidemia e continua

atualmente. As pesquisas mostram que a Aids está feminilizada e as mulheres têm que exigir camisinha. Por que não enquanto alternativa, mas em paralelo, se reconhecer a participação dos homens na epidemia e reconhecer que eles têm que usar? Por que são as mulheres que devem chegar ao serviço de saúde, com uma queixa, pois seus parceiros são violentos e por que são elas que têm que aprender a romper o ciclo da violência como se fossem culpadas por isso? Por que quando uma mulher apanha, ela é encaminhada para uma casa-abrigo, que por melhor que seja, a aprisiona? Há uma série de medidas de proteção que são necessárias, mas não se pode omitir o fato de que o agressor está solto e ela, presa. Não é à toa que mais de 50% das mulheres residentes em casa-abrigo, fogem no primeiro mês.

Não é que sejamos contra as políticas públicas, mas devemos olhar para elas com muito cuidado, para não formular ações que sobrecarregam mais ainda as mulheres. Claro que não vamos poder contar com a colaboração do agressor: se ele fosse bacana não batia nem matava. Por outro lado, também é importante reivindicarmos políticas públicas também em relação aos homens. As mulheres não devem ser obrigadas a romper com o ciclo da violência sozinhas. São os homens que têm que parar de resolver as coisas de forma agressiva e violenta. Não são as mulheres que devem ser presas, é o cara que está ameaçando que precisa ir em cana. É importante que os grupos de trabalho não pensem em sobrecarga a mais para as mulheres e para os serviços de saúde, que já estão precarizados, mas sim, pensemos em alternativas impactantes para a sociedade e, fundamentalmente, para os agressores.



### Perguntas/ Comentários

1) A psiquiatra entende muito mais do que eu sobre as doenças das mulheres provocadas pela violência, mas são elas que procuram. Quando a médica narrou a história de Belém, eu fiquei indignada, pois foi uma mulher prendendo outra numa cela cheia de homens. Por que ela não colocou a filha dela? Eu moro em Santo Amaro e vejo as agressões contra as mulheres, mas, hoje em dia, elas estão se metendo na bandidagem. Na Ilha de Joaneiro tem várias meninas grávidas. Cadê as famílias destas meninas? Então, o que está faltando fazer para que as mães e os pais tenham mais responsabilidade com as filhas menores?

2) Infelizmente, viemos de uma cultura machista. Nosso papel neste encontro é trabalhar estas questões e avaliar, mais de perto, as posições da Região Metropolitana em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher. Infelizmente, foi esta mesma cultura machista que nos ensinou que a mulher bate, a mulher é grossa e não sabe das coisas. E ainda diz assim, “mas quem educa mulher, é mulher mesmo. Ela educa errado”. Precisamos começar a trabalhar esta linguagem e é por isto que temos encontros como este. Isto é um momento histórico, com uma mesa riquíssima. Este é um dos nossos momentos para rasgarmos esta história. A violência do homem contra a mulher supera a violência entre mulheres, precisamos ver as pesquisas. Claro que nos agredimos com palavras, com olhares, mas vamos tentar desaprender, se abrir, ir à luta, ser feministas.

Ao vir para cá ouvi uma companheira de Jaboatão dizer que não viria ao encontro por ser feminina, e não feminista, por gostar de homens. Isto é ridículo. Sejam mulheres e feministas, pois isto não nos impede de gostar de quem quisermos. Eu não quero que ninguém goste de mim, quero que sejamos justas e vamos ser justas brigando contra tanta violência.

3) Estamos no Encontro Metropolitano para

discutir a violência sexista e como queremos implementar políticas públicas neste campo, se nós mesmas damos tiros nos nossos pés? A violência existe de mulher para mulher, de homem para homem, de criança para criança, mas é absurdamente notório, inclusive, na Região Metropolitana, como a violência sexista está presente nos nossos lares e nas nossas vias públicas. Enquanto movimento feminista, não podemos aderir ao discurso machista de que as mulheres se deixam ser violentadas, repensando, inclusive, a definição de família hoje. Não podemos culpar a mulher pela filha ser prostituta – não que ser prostituta seja ruim – ou pelo filho ser ladrão. Minha mãe, por exemplo, teve que trabalhar. As minhas escolhas não são necessariamente culpa dela, poderia ser também do meu pai. Foi excelente quando Carmem disse que existe um discurso e, como feministas, queremos subvertê-lo e, se queremos subverter este discurso machista, que diz que as mulheres são violentadas porque querem, porque procuram ou por questões de natureza, temos que contestar, se não ficaremos no mesmo lugar.

4) Temos que parar com esta história de não participar dos encontros sob o argumento de ser feminista e das feministas não gostarem de homem. As pessoas têm que deixar de fazer comentários e perguntas paralelas e ir no ponto fundamental. Estamos em um encontro riquíssimo. Quem aqui, quando criança ou mocinha, não brincou de safadeza, de pai e mãe? Ser feminista é lutar contra a violência. Eu passei 25 anos apanhando de um homem e nem por isso deixei de gostar de homem. Vamos lutar pelas mulheres, afinal os homens estão matando as mulheres por aí.

5) Eu sou conselheira de Olinda e gostaria de dar um enfoque diferente porque a independência financeira é algo muito bom para a mulher. Desde 1965, eu sou independente financeiramente. Eu me sinto muito forte por isso. Tal independência nos dá força para lutar contra o machismo. Sempre ganhei mais do que meus maridos e

quando eles vinham me questionar, eu me sentia com forças de responder de igual para igual. Sempre tive esta mente forte de mulher guerreira. Atualmente, estou divorciada, mas mantenho minha casa sozinha. Sou o homem e a mulher de casa e nunca me senti macho por causa disso. Sempre fui feminina e jogava bola, basquete, fiz balé. Me considero uma mulher feliz, sensual e ativa na participação política.

6) Eu me preocupo muito com a palavra “feminina” porque a sociedade feminina é a do macho, então não nos representa. Eu sou lésbica e não estou aqui para cantar nenhuma mulher. Ser lésbica é também uma opção política. Ninguém pode nos dizer com quem vamos dormir. Eu escolho com quem vou dormir. Eu brinquei de boneca, brinquei de carro, como toda criança faz. A sociedade tem que reconhecer os direitos das mulheres. Não estamos aqui para julgar ninguém, pois quando apontamos o dedo, têm outros quatro apontando para nós. Estamos aqui para fortalecer o movimento de mulheres. Sabemos o que queremos: transformar a sociedade que está posta, que não oportuniza as mulheres, não enfrenta nem a violência de gênero nem a pobreza das mesmas. Por isto, também fizemos questão do lanche. Este aglutina, promove o convívio social e tem um grande simbolismo, principalmente para as mulheres negras. Temos que qualificar o debate. Ser lésbica é uma opção política. Ser feminista é defender a agenda feminista, garantindo a autonomia política e do corpo das mulheres.

7) Eu gostaria que Wilza explicasse um pouco mais seu posicionamento acerca das políticas. Nossa posição tem sido no sentido de construção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Gostaria também de pedir um minuto de silêncio, não para uma pessoa morta, mas por uma menina violentada por 20 homens dentro de uma cadeia no estado do Pará, presa porque furtou. Esta barbárie não pode continuar e não podemos calar.

8) Gostaria de parabenizar a mesa e externar minha preocupação com algumas falas durante o

debate. É uma pena porque as palestrantes acabam subutilizadas. O que é ser feminina em nosso país? E para as companheiras que ainda incorrem no erro incutido pelo machismo, pergunto: o que é ser feminista? E o que é ser sapatão? Eu sou feminina? Eu não. Quem já viu uma mulher feminina terminar um curso técnico de mecânica, na escola técnica, no ano de 1992, onde éramos 10 mulheres em um universo de 55 alunos. Ser feminina é jogar futsal? Eu joguei. Assim como joguei handebol. Ser feminina é amar outra mulher, não apenas a mãe, a irmã, a amiga, e não ter vergonha de dizer? Eu fui criada, como muitas, para casar e ter filhos e não ser secretária porque o dito popular assegura que nem toda puta é secretária, mas toda secretária é puta. Eu vivo dizendo para a minha mãe que ela me ensinou a vida inteira a só brincar com meninas e de boneca e quando eu tomei gosto, ela quis me condenar. Queria fazer uma reflexão: será que as mulheres que vieram ao microfone justificar que eram feministas, mas não lésbicas, não estão se utilizando de um argumento machista também? Será que não estamos perpetuando o machismo? Temos também que evitar culpabilizar as mulheres por tudo que está acontecendo por aí. Este espaço é de desconstrução. Vamos destruir tudo isto e reconstruir novas mentalidades.

Neste último minuto, vou ler o poema da Elisa Lucinda, intitulado “Adoção” (1997): “Não sei se te contei, mas há algum tempo sou minha/ Me adquiri no mercado, onde o escambo era posse ou liberdade/ Me obtive numa dessas voltas da morte, me acolhi num destes retornos do inferno/ Dei banho, abrigo, roupas, amor, enfim/ Adotei o meu mil/ Como alguém se demarca e crava em si um mastro da terra à vista/ A cheiro, a tato, o paladar e o ouvido/ Não sei se te contei.../ me recebi a mim mesma na porta da minha casa/ Abracei a mim mesma, destranquei a porta que é para me deixar voltar/ Dei apenas ao céu sua legítima gaivota/ Somos a sociedade e, ao mesmo tempo, a cota/ Visita e anfitriã moram agora no mesmo elemento/ juntas, na viagem das eras, no novelo do umbigo/ embrião do centro no colo do tempo”. Eu me adquiri com minhas várias identidades: mulher, negra, lésbica, feminista, rebelde.

9) Eu quero agradecer ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, ao SOS Corpo, principalmente porque eu cresci muito ao participar do Mídia Advocacy e outros encontros de fala pública. Quero dizer que sou prostituta e feminista com muito orgulho. Estou muito contente porque fui convidada para participar do programa do Jô Soares. A Globo daqui nunca me chamou para nada. Hoje me ligaram e eu disse que não podia porque estava com a agenda cheia. Lá, eu falei, cantei o hino da prostituta, abalei.

## **Respostas da Mesa**

Wilza Villela

Evidentemente que sempre temos que reivindicar políticas públicas porque esta é a função do Estado: servir seus cidadãos e cidadãs. Pagamos impostos e temos que cobrar os serviços. No específico, eu estava tentando provocar uma reflexão sobre os tipos de políticas solicitadas e para quem. Principalmente, às reivindicações realizadas ao setor saúde. As considerações são feitas a partir do lugar de mulheres e organizações feministas. Querer que os serviços de saúde atendam às mulheres vítimas de violência sexual é o mínimo, então, reduzir as nossas reivindicações a querer que os serviços façam o que é obrigação dele, é muito pouco. É um equívoco gastarmos todas as nossas energias para querer que os serviços façam o que é obrigação deles.

Segundo, do ponto de vista da organização dos serviços de saúde, o que nós sabemos fazer é tratar quando existe uma lesão, prevenir quando conhecemos o agente e fazer promoção de saúde também quando conhecemos o objeto tratado. Ou seja, tudo o que o serviço de saúde faz tem a ver com um indivíduo. No caso da violência, a pessoa agredida não é a promotora da violência, então vão pedir para que ele faça algo que não sabe fazer. Reivindicação, por exemplo, casa-abrigo, que prendem as mulheres, mas e as reivindicações para o setor de segurança pública? Não fazemos controle de substâncias, por exemplo. As mulheres que bebem apanham mais, os homens que bebem batem mais. Então, são causas e

consequências. Não temos políticas para enfrentar o uso de substâncias. Não temos nenhuma política séria em relação à droga. O setor de saúde não pode abarcar com tudo e vai acabar prestando um serviço sem qualidade. Não se trata, portanto, de não solicitar políticas públicas, mas de propor para quem decerto pode fazer.

Suely Oliveira:

Boa parte do que falamos hoje, à tarde, será discutido amanhã, nos grupos. Alguém falou sobre sua independência financeira. Isto se chama: autonomia econômica e é fundamental quando pensamos na emancipação da mulher. Sem dinheiro para fazer nossas coisas, para ir à luta, não vamos a lugar nenhum.

Ana Paula Portella:

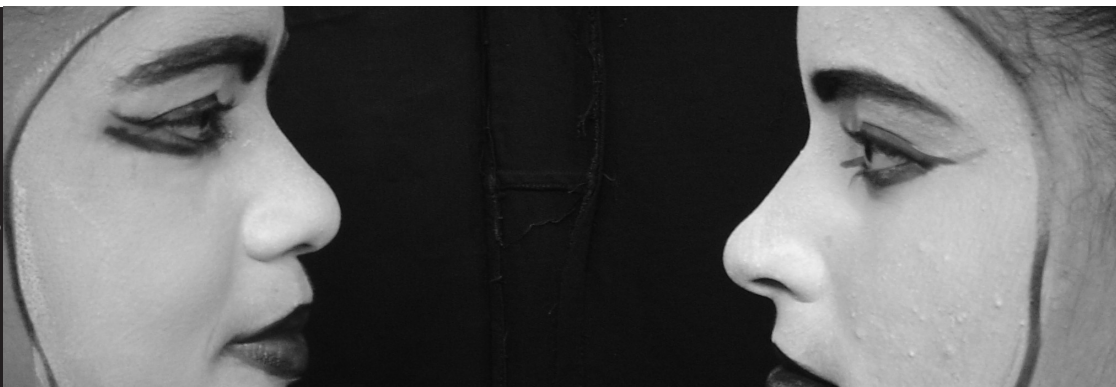
Eu só gostaria de desejar um bom encontro para todas e fazer apenas um comentário: todo o debate que aconteceu aqui tocou no ponto central do feminismo. Abordamos a violência na mesa, mas a platéia debateu, na verdade, a liberdade, que é o que é cerceado pela violência e está no horizonte da nossa luta. Vocês estavam tratando daquilo que lutamos desde que o feminismo surgiu, da liberdade das mulheres. Não só para amar quem elas querem, do jeito que querem, mas para escolher a vida que querem ter. Pretendemos que este encontro seja um exercício democrático de liberdade, no qual possamos nos expressar livremente e aceitar as diferentes manifestações de cada uma de nós.

Carmem Silva:

Fizemos um grande grupo de reflexão, com depoimentos pessoais e quem não falou, com certeza pensou. Vamos continuar pensando quando chegarmos em casa. Eu espero que consigamos sair no sábado com muitas idéias criativas, com muita força, muita vontade de lutar, muita consciência crítica e muito unidas entre nós, respeitando as nossas diferenças, afinal todas somos mulheres com o mesmo objetivo: lutar pela nossa autonomia, pela nossa liberdade e pela nossa felicidade. O que queremos precisamos planejar unidas e nos fortalecendo umas as outras.



**Panorama da  
violência contra  
as Mulheres e as ações  
de enfrentamento na  
Região Metropolitana  
do Recife**



## **Violência contra as mulheres: o que sabemos da Região Metropolitana do Recife**

Por Ana Paula Maravalho, conselheira-gestora do Observatório Negro de Pernambuco

Apresentarei alguns dados sobre violência contra a mulher, mas, antes, gostaria de apresentar a Articulação Negra. Esta é um fórum que reúne, desde 2003, organizações e pessoas militantes do movimento negro. É muito interessante esta proposta do Fórum de Mulheres de Pernambuco de aproximar companheiras de outras articulações, que não estão necessariamente dentro do movimento de mulheres, mas que trabalham a questão de gênero. A Articulação Negra também compõe o FMPE.

Os dados com os quais trabalhamos são fruto de uma pesquisa elaborada pelo SOS Corpo. Paralelamente, apresentarei algumas informações da Articulação Negra sobre a violência contra a mulher negra. Utilizaremos as taxas de homicídio para analisar a violência. Isto porque dentre os crimes contra a vida, é o mais grave, além de ser associado a outros tipos de crime e violência. Geralmente o homicídio é o final de um processo. A atualização destes dados permite certa confiabilidade, assim como, a taxa de homicídios também possibilita comparações entre populações numericamente diferentes.

Um primeiro dado de 2003, quando consideramos as taxas de homicídios por 100 mil habitantes e comparando com os dados dos estados, nos revela que Pernambuco é líder neste tipo de crime, com uma taxa extremamente alta. Em geral, tanto de homens (107,6 por 100 mil/h), quanto de mulheres (6,5 por 100 mil/h). O número é mais baixo para as mulheres, no entanto ainda é uma taxa alta, levando em conta as

especificidades da violência sexista. Pernambuco está entre os dez estados com as maiores taxas de homicídios.

No banco de dados do SOS Corpo, constam 873 casos de assassinatos, analisados a partir de 44 variáveis. As fontes de informação foram os jornais diários e as listas nominais da Secretaria de Defesa Social das mortes não-naturais. Nesta pesquisa, podemos observar que de 2002 a 2005, o maior número de registros aconteceu no último ano, correspondendo a 37% do total. As regiões de maior ocorrência são: a Região Metropolitana do Recife (76%), o Agreste (16%), a Região do São Francisco (9%), o Sertão (8%), a Zona da Mata (1%).

Se formos analisar por município, podemos observar que, na Região Metropolitana, o Recife concentra a maioria dos casos, com 30% das ocorrências de homicídio de mulheres. Em seguida, vêm as cidades de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Caruaru (Agreste), Petrolina (São Francisco), Cabo de Santo Agostinho, Vitória de Santo Antão (Zona da Mata), Igarassu e Garanhuns (Agreste).

Com relação aos locais de ocorrência, as maiores incidências são, por ordem: na residência, em via pública, nos terrenos baldios, nos estabelecimentos comerciais, nos locais de trabalho da vítima e em veículo. Cerca de 80% dos homicídios registrados aconteceram na residência, ou seja, o local de maior insegurança para as mulheres é a sua própria casa. Na via pública, em 2002, aconteceram 28 assassinatos e, em 2005, 55 casos, o que representa um aumento de 96% de crimes neste espaço.

A vítima mais nova, durante o período analisado (2002 a 2005), tinha 6 meses e a mais velha, 88 anos. A média de idade foi de 28 anos, no entanto, pouco mais da metade está concentrada na faixa etária de até 25 anos e 16% até 15 anos. Tal fato nos leva à conclusão de que os homicídios no Grande Recife atingem, prioritariamente, mulheres jovens. Observando os 22 casos, nos quais as vítimas eram muito jovens, 15 eram menores de 15 anos e 7 tinham menos de 2 anos.

Os dados também nos mostram que 95,3% dos agressores são homens, 2,2% são grupos formados por homens e mulheres e 2,5% eram mulheres. Com relação aos agressores homens, a média de idade é de 32 anos; 64,7% eram companheiros (ex ou atuais) das vítimas. Tal dado reforça a idéia de que o maior perigo ainda está dentro de casa, ao contrário da máxima, que afirma que o aumento nos índices de violência contra a mulher diz respeito a sua maior exposição ao espaço público. Em 47% dos casos, estes agressores atuaram em grupo, sendo que 37% dos homicídios cometidos por mais de um homem aconteceram no Recife. Metade dos crimes ocorridos na capital pernambucana estão concentrados nos bairros do Pina, Ibura, Nova Descoberta, Santo Amaro, Afogados, Imbiribeira e Piedade.

Em 2002, 80% dos agressores eram familiares das vítimas, seguido de conhecidos e desconhecidos. De 2002 a 2005, há uma tendência de baixa, entre 64% a 40%, dos crimes praticados por companheiros (ou ex) e um aumento na quantidade de assassinatos cometidos por desconhecidos. A forma do homicídio também varia: 70% aconteceram por arma de fogo, 3% por arma branca, 6% por estrangulamento ou asfixia, 8% por espancamento e 13% por outras formas. De 2002 a 2005, há um significativo aumento de 67% nos casos de morte por arma de fogo. Na maioria das ocorrências, as mulheres são feridas na cabeça ou no rosto, revelando a tentativa de destruir a identidade e a beleza da vítima; 9% foram atingidas no tórax, 13% no pescoço, 12% sofreram agressão difusa pelo corpo inteiro e 3% em outras partes do corpo.

Gostaríamos de chamar a atenção para um dado que não fica evidente na pesquisa:

a composição racial destas mulheres. A dificuldade de termos acesso à raça das mulheres agredidas reflete a situação do racismo no país, afinal é um problema diretamente associado às fontes (Secretaria de Defesa Social, Secretarias de Saúde, jornais, etc), as quais não visibilizam a raça.

Através de um estudo realizado, em 2006, na cidade do Recife, por Erivaldo Bezerra, concluinte do curso de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pudemos avaliar uma série de fatores reveladores. Em um primeiro momento vale lembrar os dados demográficos: no Brasil, 50,8% da população é formada por mulheres e 49,2% por homens (Censo, 2000). No Nordeste, esta diferença é de 51% de mulheres e 49% de homens, ou seja, temos 2% a mais de mulheres nesta região. Já em Pernambuco, a população feminina é 4% superior a masculina. Com relação ao gênero, raça e cor, temos neste Estado, 42,5% de mulheres brancas, 4,6% de pretas, 51,6% de pardas. O movimento negro considera como população negra a junção das categorias pretos e pardos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto significa que, 56% das pernambucanas são negras. No Recife, a população feminina é numericamente 7% maior do que a masculina, sendo que 51,7% das mulheres são negras e 47,2% são brancas (IBGE).

As fontes utilizadas na pesquisa de Bezerra foram: a Delegacia Especializada da Mulher, a Secretaria de Saúde do Recife e o Centro de Referência no Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Clarice Lispector. Uma primeira dificuldade para analisar a relação de raça e violência é que as três fontes utilizam

---

**“Em 2004, os registros de homicídios de mulheres revelam que 87,7% são pardas. Ou seja, a maioria destes crimes são cometidos contra negras (pretas ou pardas). O número de óbitos, segundo raça e cor, entre 2003 e 2004, demonstram que 90,1% dos casos envolveram mulheres de cor parda. ”**

---



denominações distintas para a cor. Em alguns momentos, pode-se observar dados oficiais que tratam de uma população morena. Entre as mulheres que sofreram violência, em 2003, 15% eram brancas. Este número sobe para 25% em 2005; 71% eram pretas, em 2003, e 60%, em 2004; 14% eram pardas, em 2003, e 15% em 2005. O contraditório é que, embora as mulheres pretas apareçam como minoria na categoria do IBGE, nesta análise elas irão aparecer como maioria.

O Centro de Referência Clarice Lispector, que repassou o perfil das usuárias, entre os anos de 2002 a 2004, fala nas suas caracterizações de mulheres brancas, morenas, negras, pardas e outros. Cerca de 50% das mulheres atendidas se declararam como morenas, em 2002/2003, 44% em 2004. Um dado que chama atenção é o da cor não informada nos registros de 2003 para casos de homicídio, os quais totalizaram 98,2%. Neste mesmo ano, as mulheres brancas assassinadas correspondem a 1,2%, as pardas a 1,3% e 96,9%

como cor não informada.

Em 2004, às vésperas da Conferência Estadual de Igualdade Racial, o movimento negro realizou uma campanha pela notificação da raça/cor nos registros de nascimento, óbito e violência. Por isto, observamos uma mudança com mais informações sobre a cor da população na Secretaria de Defesa Social. Passam a aparecer informações sobre brancas (4,2%), cor não informada (2,8%), negra (2,8%) e parda (90,3%). Em 2004, os registros de homicídios de mulheres revelam que 87,7% são pardas. Ou seja, a maioria destes crimes são cometidos contra negras (pretas ou pardas). O número de óbitos, segundo raça e cor, entre 2003 e 2004, demonstram que 90,1% dos casos envolveram mulheres de cor parda.

Foram muitas as informações repassadas, mas espero que estes dados possam incitar o debate sobre a necessidade de analisarmos, mais aprofundadamente, a relação entre violência sexista, raça e cor.

## Políticas públicas e rede de serviços no enfrentamento da violência contra as mulheres

Por Ana Veloso, jornalista e coordenadora do programa de Direitos Reprodutivos e Sexuais do Centro das Mulheres do Cabo

Minha exposição se dará enquanto representante do Centro das Mulheres do Cabo, instituição que atua há quase 25 anos no Cabo de Santo Agostinho (RMR), na Zona da Mata Sul e junto ao Fórum de Mulheres de Pernambuco. Também temos pertencimento junto à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e à Associação Brasileira de ONGs (Abong). O CMC tem uma ação específica no enfrentamento à violência contra a mulher, que se dá dentro do raio das interações institucionais, dos estudos e da intervenção política. Neste sentido, o Centro estruturou e articulou um serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência na cidade do Cabo. Nesta trajetória de atendimento direto às mulheres, com advogadas, psicólogas e assistentes sociais, temos várias questões a serem elencadas, bem como, apresentaremos alguns dados de 2007, referentes ao nosso atendimento. Vamos também relacioná-los a alguns tópicos sobre

políticas públicas de enfrentamento à violência sexista no estado de Pernambuco, assim como à construção histórica, política e cultural desta violência.

Não é possível estudar ou analisar a violência de gênero sem articular as desigualdades que as mulheres sofrem nos campos de raça, gênero, classe e orientação sexual. A pesquisadora Helleieth Saffioti fala de um tripé de desigualdades. O feminismo é um movimento político que busca a autonomia das mulheres no exercício dos seus direitos, de sua orientação sexual, de sua raça e da sua fala pública. Estes fatores também são importantes para que possamos construir um movimento social no qual a opressão não cresça dentro do mesmo. O feminismo se dirige a estas questões que passam no seio do próprio movimento social. Então, se estamos em um seminário discutindo a violência contra a mulher e as estratégias para o seu enfrentamento,

precisamos refletir que, para além da violência que está fora deste auditório, precisamos discutir o quanto nós, mulheres que queremos desconstruir estas relações, acabamos por reproduzir esta violação aos direitos humanos.

A violência contra a mulher é um fenômeno social. Em 2007, no Cabo de Santo Agostinho, realizamos quase 200 atendimentos no Centro das Mulheres do Cabo. Vale ressaltar que a instituição não faz atendimento jurídico atualmente. Este serviço foi prestado durante 15 anos e, em 2007, foi redirecionado. Nestes anos, o Centro acumulou experiências e lutou por políticas públicas para o enfrentamento da violência sexista, ou seja, para que o Estado cumpra o seu papel e disponibilize os serviços públicos para que as mulheres possam ter retaguarda. Mais de 60% das agressões atendidas pelo CMC foram praticadas por pessoas próximas, companheiros ou ex-maridos. Grande parte das vítimas eram mulheres negras. A violência no Cabo se caracteriza, então, por ser doméstica e atingir mulheres negras em sua maior expressão.

Contrariando as estatísticas da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, que alega que o crescimento da violência se dá devido à inserção das mulheres no mundo do tráfico, não temos nenhum registro no Centro de agressão causada por envolvimento da vítima com a criminalidade. A predominância é de violência doméstica contra mulheres, adultas, crianças e adolescentes.

É preciso refletir que vivemos em um Estado machista, autoritário, patriarcal, heterossexista e racista. Essas são marcas culturais e históricas, mas os gestores públicos precisam se qualificar para prestar um serviço público de qualidade à mulher vítima de violência. Esta falta de qualificação é um problema sério, no qual esbarramos. Em Pernambuco, além de não termos um serviço de qualidade para o atendimento às vítimas, ainda há o preconceito, a discriminação e a desvalorização da mulher quando ela vai, por exemplo, prestar uma queixa na delegacia. Isto é uma questão política e de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, assim como do Ministério Público e do poder Judiciário. O Estado precisa se preparar e qualificar seus profissionais, inclusive, para implementar a Lei



**“É preciso refletir que vivemos em um Estado machista, autoritário, patriarcal, heterossexista e racista. Essas são marcas culturais e históricas, mas os gestores públicos precisam se qualificar para prestar um serviço público de qualidade à mulher vítima de violência.”**

Maria da Penha. No Cabo de Santo Agostinho, as mulheres continuam levando a queixa para os seus próprios agressores. A nova legislação traz inovações, mas o Estado não está preparado para implementá-la. A responsabilidade de cobrar não é só do movimento social, mas precisamos estar vigilantes e atentas para fazer valer este direito.

A Defensoria Pública atendeu, no bairro Brasília Teimosa (Recife), em 100 dias, 233 mulheres. No Cabo, a Defensoria funciona com três defensoras públicas, mas estas afirmam que não têm competência para analisar os casos como processos-crime, só na ótica do processo civil. Isto é uma grande dificuldade, pois, segundo a Lei Maria da Penha, os processos têm que ser julgados como crimes e estes profissionais não estão suficientemente qualificados para executarem sua função.

Além disto, a gestão das Defensorias Públicas em Pernambuco é conservadora e não valoriza a Lei Maria da Penha. Isto é um fator gravíssimo, visto que estes órgãos são procurados pelas mulheres que não têm recursos para pagar um advogado, mas querem ter seu direito garantido. Quando a Defensoria é gestada de

forma autoritária e conservadora, temos problemas para implementar a nova legislação. Vale lembrar que esta legislação tem sofrido ataques em todo o Brasil, na tentativa de desmantelar e deslegitimar a nossa conquista.

Para além do insuficiente serviço de atendimento no Estado, a retaguarda também é precária. São poucas as delegacias, pessoal desqualificado no atendimento às mulheres vítimas de violência, falta de investimento neste setor e de concurso público como forma de ampliar o quadro de prestação de serviço. No Recife e Olinda existem centros de referência e casa-abrigo, no entanto, na capital pernambucana, a casa está desativada. A ausência das políticas se constitui em mais uma forma de violência.

As políticas públicas precisam ser implementadas de forma multidisciplinar com discussão em todas as esferas do Estado. Não existe política de segurança em Pernambuco. Tivemos o lançamento do Plano de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o qual precisamos,

inclusive, avaliar. Esta violência institucional, baseada na ausência de serviços, faz com que a mulher passe por uma rota crítica, com uma verdadeira peregrinação em busca de ajuda. Temos casos de mulheres atendidas no Centro das Mulheres do Cabo, que passaram pela delegacia da mulher de Prazeres oito, dez vezes, sem resolutividade na sua situação.

Apenas a participação do movimento nos espaços de controle social, como os conselhos, não fará com que tenhamos mais força para diálogo e discussão. É preciso que o movimento de mulheres construa alternativas de auto-organização e repense seu trabalho junto às lideranças feministas ou de mulheres nas comunidades. Existe, inclusive, um plano federal, chamado Pronasci, que levará esta discussão para dentro das comunidades. É necessário refletir nossa ação de liderança para além dos conselhos da mulher, para que possamos construir estratégias de pressão e mobilização a fim de que o Estado cumpra seu papel, oferecendo segurança para todas as mulheres.

## Ações do movimento no enfrentamento à violência contra as mulheres

Por Ana Bosch, arte-educadora e coordenadora do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás

Pretendemos fazer uma retrospectiva do movimento feminista, que revolucionou a cultura em casa e na rua. Essa postura nasceu no âmbito privado e foi colocada no público, de uma maneira política, garantindo o direito ao nosso próprio corpo, a ir e vir, ao gozo, o direito de decidir quando, como e quantos filhos ter, de dizer não a uma gravidez indesejada. Ainda hoje batalhamos para que a frase "Meu corpo é meu e eu decido" seja de fato uma realidade para as mulheres. Também lutamos pelo direito ao acesso e o uso da camisinha. Como as Loucas de Pedra Lilás dizem: "sem camisinha, nem com o Fábio Júnior".

O feminismo busca o direito das mulheres serem bem tratadas nos serviços de saúde (no interior, dizemos: "mulher também é gente"), o direito a creches, à formação, à educação sem discriminação, à Terra, ao Planeta, a não sofrer assédio no trabalho, à justa divisão nos trabalhos

domésticos.

A violência doméstica deixou de ser silenciada, na calada da noite, através da luta do movimento feminista e de mulheres, e foi à público. Atualmente, afirmamos que, "quem ama não bate, não humilha, não maltrata" e a violência passou a ser tratada, com a Lei Maria da Penha, como um crime. Com relação a esta Lei, muitos esforços e pressões foram realizados pelas mulheres organizadas, pelo movimento feminista. Ações que abrangem um enorme leque, que vai desde a organização em associações comunitárias e outros tipos de organizações que ofereçam espaço para ouvir as mulheres e juntas, trabalhar a sua auto-estima, até as articulações em âmbito local, estadual e nacional.

Colocamos nas ruas, na mídia e na ação política a situação de violência em que vivem as mulheres. O movimento tem produzido estudos e



---

**“No Recife, a contracepção de emergência está em todos os postos, mas isto não é suficiente para garantir o acesso das mulheres e no interior, a pergunta que nos fazemos é: ‘em qual gaveta as prefeituras esconderam a contracepção de emergência?’ ”**

---

pesquisas, que mostram a realidade das mulheres e as violações dos seus direitos. Apresentamos propostas políticas de enfrentamento ao problema, realizamos debates, seminários, enfim, atuamos em diferentes frentes para pressionar. Fazemos o controle social dos serviços. Através de uma ação do Fórum de Mulheres de Pernambuco organizamos a blitz aos serviços de atendimento do Recife, que amplia o leque de parcerias, incluindo o Movimento de Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho de Psicologia, para deixarmos de entender a violência de gênero como um problema apenas das mulheres. Incluímos nas nossas lutas os movimentos de Direitos Humanos, dos negros, da juventude, pela moradia, entre outros.

Exigimos, através dos espaços de controle social e de articulação política, a capacitação de profissionais da área de saúde, jurídica, de segurança, ligados ao atendimento às mulheres em situação de violência. O movimento feminista também tem se empenhado em formar as promotoras legais populares. Junto ao Ministério Público, apontamos as responsabilidades dos poderes públicos quanto à inexistência de serviços, assim como colaboramos para a elaboração da nova lei, compondo a comissão que criou o projeto da Lei Maria da Penha. Pela primeira vez, no Brasil, temos uma lei que considera a violência contra as mulheres como um crime, que cria varas cíveis e criminais no mesmo juizado, aplica medida protetiva à vítima, penaliza os agressores e estabelece uma rede de serviços para atendimento às mulheres, detalhando os responsáveis por cada parte.

Durante 25 anos, lutamos e conseguimos

este marco legal, a Lei Maria da Penha, com o reconhecimento da violência como um problema social grave, no qual o poder público é agente responsável pela sua resolução e pela implementação da legislação, através da criação de serviços especializados para todas as cidades em situação de perigo.

Com relação à rede de atendimento em Pernambuco, há quatro Delegacias Especializadas da Mulher (Santo Amaro, Prazeres, Caruaru e Petrolina), que funcionam com poucos recursos humanos e estruturais, sem qualquer processo de capacitação sistemática para seus profissionais. Se formos comparar com a norma técnica de funcionamento das DEAMs, disponível na página eletrônica da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, chegaremos à conclusão de que estamos há anos-luz do esperado. Segundo uma pesquisa realizada em 2006, existem 392 delegacias especializadas da mulher no Brasil, o que daria uma delegacia para cada 450 mil/habitantes. Vale ressaltar que 32% destas delegacias estão no estado de São Paulo. Em Pernambuco, temos quatro, ou seja, a relação é de uma DEAM para cada grupo de 2,5 milhões de habitantes. Para que pudéssemos nos aproximar da relação de SP, precisaríamos de 30 delegacias. Esta reivindicação foi feita na Conferência Estadual da Mulher, mas o Governo com o seu programa Pacto pela Vida, afirma que, em quatro anos, construirá 15. Passou-se o primeiro ano e nada. Aliás, a sociedade e os movimentos sociais sequer conhecem o plano estadual de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Em meio a todos estes déficits, tivemos algumas conquistas: o plantão 24 horas aos finais de semana na Delegacia de Santo Amaro; um serviço de atendimento aos casos de violência sexual no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam) e no Hospital Agamenon Magalhães, através do serviço Wilma Lessa; um telefone de orientação no Recife (Centro de Referência Clarice Lispector); aborto legal previsto na lei em todas as maternidades da capital pernambucana e em três hospitais de referência (Cisam, Agamenon Magalhães e o Instituto Materno Infantil de Pernambuco); seis núcleos de assistência judiciária nas seis RPAs do Recife; um centro de referência em Olinda; um juizado de



violência doméstica e familiar também na capital; e uma defensoria pública especializada recém criada, no Pina. No entanto, com relação a esta última, vale frisar que, em conversas com as defensoras, pudemos observar, nas falas, fortes traços da cultura opressora e machista. Infelizmente, a casa abrigo do Recife, Sempre Viva, está fechada.

São vários os problemas apontados com relação ao funcionamento deste conjunto de serviços. O primeiro é que nenhum dos serviços funciona em rede. Criar ações isoladas não resolve o problema. No Recife, não temos nenhuma lei que assegure os poucos serviços conquistados, ou seja, se há mudança de governo e o gestor quiser, pode acabar com tudo. Estamos elaborando, no Conselho Municipal da Mulher, uma proposta de projeto de lei para modificar esta situação, que deverá passar pela via crucis da Câmara de Vereadores e de suas comissões até ser aprovada.

No Estado, há uma Secretaria Estadual das Mulheres, três coordenadorias (Recife, Olinda e Petrolina), além de uma gerência da mulher em Paulista. Estes são espaços dentro da gestão, que se ocupam das políticas para as mulheres e de interrelacionar a temática com outras secretárias. Existem, atualmente, três Conselhos da Mulher (Recife, Olinda e Camaragibe), mas a falta de divulgação dos serviços ainda é grande. Experimentei perguntar às pessoas no bairro de Santo Amaro, no Recife, local que concentra a maior parte dos serviços de atendimento, onde poderia procurar ajuda para uma mulher vítima de violência e poucos souberam me responder. Aqueles que sabiam se referiam apenas à Delegacia.

À nível nacional há a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, um telefone de orientação 180 e a contracepção de emergência vem sendo distribuída pelo Ministério da Saúde. Abrindo parênteses neste ponto: no Recife, a medicação está em todos os postos, mas isto não é suficiente para garantir o acesso das mulheres e no interior, a pergunta que nos fazemos é: "em qual gaveta as prefeituras esconderam a contracepção de emergência?".

O movimento feminista precisa centrar as suas forças e incidir de forma mais contundente

sobre estas questões. Antes mesmo dos governos populares, já tínhamos propostas de políticas públicas. No decorrer destes anos, as aprimoramos, discutimos, incrementamos e as aprovamos nas conferências. Estas são as nossas diretrizes para os governos e deveria ser o nosso roteiro para acompanhar a implementação. Mas temos o resultado das conferências em mãos? Recife tem. O conselho municipal planeja e trabalha com base nestas diretrizes. Nos outros municípios, não sabemos. Se olharmos para o Estado, realizamos duas conferências de políticas para mulheres sem a publicação de nenhum relatório. No entanto, foi divulgada pelo governo a criação de um plano para as mulheres, criado sem interlocução com o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Sabemos que um plano é importante e gostaríamos de debatê-lo e analisá-lo.

Existem diversas formas de realizar o controle das políticas públicas. As principais são os espaços formais e as mobilizações políticas próprias do movimento. Nos espaços formais, como os conselhos, encontramos dificuldades na representação, na capacitação e na ausência de informações. Estas instâncias não dispõem de dados suficientes. Devemos ter as mesmas informações que os governos têm mas, isto, infelizmente, não acontece. Não temos conhecimento dos recursos investidos para implementar políticas para as mulheres. Precisariamos conhecer estes orçamentos, acompanhar sua execução passo a passo e fazer ver que os gastos com políticas são investimentos.

A primeira reivindicação das conferências foi justamente a criação de conselhos. No entanto, tememos que espaços como os Conselhos se transformem em comissões de eventos ou algo similar. Afinal, falta nas gestões estrutura e pessoal para coordenar e acompanhar as políticas para as mulheres e, assim, há o risco de repetirmos a fórmula tradicional de fazer política, que repudiamos e queremos mudar.

Para finalizar, vale citar algumas ações que podem fortalecer a atuação do movimento: formação e organização das mulheres autônomas nos seus municípios; conhecer e promover o intercâmbio de experiências; realizar ações de comunicação para difundir os direitos das

mulheres e desnaturalizar a violência; planejar atividades conjuntas de pressão às autoridades municipais e estaduais para colocar o problema da violência sexista em seus programas, com abertura de serviços de apoio institucional (rede de atenção às mulheres em situação de violência); pressionar pela instalação de Coordenadorias ou Secretarias para que sejam garantidas, transversalmente, políticas públicas, visando à superação das desigualdades de gênero e raça, ressaltando que estes espaços precisam ter força política, recursos humanos e materiais para funcionarem adequadamente; conhecer e visitar os serviços (quando existirem), fiscalizando e

divulgando-os; desenvolver estratégias regionais justas para as mulheres que sofrem violência, não somente ligadas à capacidade financeira dos municípios. Ou seja, o caminho é longo.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco ampliou sua incidência política, tanto pelo número de organizações que o compõe, como também pela maior capacidade de interlocução, pressão e denúncia. A articulação é referência no Estado e no país. Enfrentamos dificuldades, devido ao tamanho das nossas pernas, mas isto não diminui o nosso interesse em promover a organização das mulheres, fortalecendo as lutas para garantirmos uma vida digna para todas.

## Debates

### Perguntas/ Comentários

1) Muitos Defensores Públicos pedem demissão devido aos baixos salários para a quantidade de trabalho. Quando o Estado não assegura as condições para que uma ação seja julgada e tenha um resultado justo, a perda também é do defensor. É preciso ter consciência dos problemas do nosso direito processual. Além disso, falta concurso público e qualificação para estes profissionais.

2) A última frase do vídeo Rota Pacífica diz tudo: "não queremos guerra nem uma paz que oprimas". A questão da prisão da garota menor de idade no Pará é um exemplo de discriminação, afinal todo o sensacionalismo se dá porque foi uma mulher a responsável pelo caso. Se fosse um homem, não haveria tanta confusão. Precisamos nos organizar para que, individualmente, possamos dar atenção para as mulheres mais vulneráveis das nossas comunidades e das nossas ruas. Também é necessário cobrarmos mais recursos para o enfrentamento da violência, afinal muito dinheiro é gasto indevidamente com as verbas de gabinete. Minha pergunta é: por que as mulheres índias não aparecem nos dados de homicídios apresentados nas exposições?

### **“Precisamos lançar alternativas para acabar ou freiar esta violência, garantindo a plena implementação da Lei Maria da Penha”**

3) Eu acho que não adianta mais discutirmos pesquisas ou dizer que a violência em Pernambuco ultrapassou a de São Paulo. Precisamos lançar alternativas para acabar ou freiar esta violência, garantindo a plena implementação da Lei Maria da Penha.

4) Gostaria de fazer algumas pontuações. Falamos muito do machismo que vem de fora, mas sua perpetuação se dá porque, muitas vezes, nós, mulheres, também o propagamos. Temos que acabar com o machismo dentro da gente. Geralmente, ouvimos frases como: "prenda suas cabritas, pois meu bode está solto". Depois de nos trabalharmos, vamos mostrar aos homens que eles também podem deixar de ser machistas, exigindo nossa igualdade, propagando a nossa força e o valor que temos. Minha pergunta é a seguinte: neste sistema capitalista, existe a possibilidade de conseguirmos a igualdade que tanto queremos e

prezamos?

5) Eu acho que o caminho é este: discutir nas comunidades, traçar estratégias para permanecermos juntas e fortalecidas.

## **Respostas**

Ana Paula Maravalho

A proposta deste encontro é sugerir e avaliar estratégias para o enfrentamento da violência. A partir do que foi exposto, gostaria de tecer algumas considerações: se os dados revelam que entre 60% a 70% das mulheres assassinadas no Recife são negras, a questão racial se mostra como fator importante para entendermos o fenômeno. Por isto, nas nossas pesquisas, a raça/cor precisa constar como dado de análise. O movimento de mulheres precisa assumir a questão racial como preponderante na forma como a violência tem se manifestado no Estado, principalmente, nos casos de violência doméstica, analisando as relações que se constituem dentro de casa. Ana Bosch pontuou uma série de conquistas e nos questionamos quantas destas valem, efetivamente, para as mulheres negras. Quais questões das mulheres negras são atendidas pela agenda feminista? Precisamos avaliar isto internamente.

A questão racial incide também sobre a dificuldade de judicialização dos casos de violência contra as mulheres, uma realidade presente em toda história do direito brasileiro. A institucionalidade brasileira ainda não considera a pessoa negra como sujeito de direito. Tal fator influi consideravelmente na violência de gênero, quando, por exemplo, uma mulher negra busca a delegacia e é completamente desconsiderada em seu direito.

Com relação ao questionamento sobre os registros de homicídios de índias, boa parte dos dados analisados nesta pesquisa se referem à Região Metropolitana, onde, para o poder público, não existe população indígena ou, se existe, é uma população subnotificada. Esta é uma observação importante, pois a ausência de registros não significa que estas mulheres não sejam vítimas de violência. Os dados com enfoques raciais e étnicos são, por isto, fundamentais para

termos a real dimensão da violência que estamos enfrentando.

Ana Bosch

É interessante observarmos que muitas pessoas pensam nas verbas de gabinete como recursos para enriquecimento pessoal em detrimento de políticas públicas. No entanto, devemos nos aproximar e conhecer melhor os orçamentos para exercermos o controle social dos gastos públicos. Por exemplo, quando são destinados R\$ 100 mil para ações de enfrentamento à violência e os contingenciamentos influenciam nos investimentos reais.

Com relação ao machismo e ao capitalismo, vale frisar que este machismo é fruto do crescimento em uma cultura machista. Assim, somos seres contraditórios e podemos ir nos aperfeiçoando como seres humanos para, definitivamente, quebrar com as desigualdades. Particularmente, não acredito que possamos acabar com o machismo, com o capitalismo, nem com o neoliberalismo, nem com outros modelos que o mundo já conheceu. Atualmente vemos o surgimento de um outro movimento, o qual, na Europa, é chamado de Altermundialismo, uma ação dos fóruns sociais mundiais para buscar caminhos de tornar o mundo mais justo e plural. Não existe um modelo e sim, um movimento, e este, por sua vez, já é transformador.

Ana Veloso

Neste modo de produção capitalista é difícil vencer as desigualdades. Afinal, este modelo agudiza as diferenças, pondo a diversidade como uma diferença negativa e se apropria de todos os tipos de lutas e reivindicações para fortalecer o mercado. Inclusive, com a objetificação da mulher e com a capitalização da imagem dos seus corpos, a derrubada do machismo se torna mais distante. Mas devemos continuar lutando de forma não fragmentada. A luta das mulheres deve ser em prol das negras, brancas, índias, lésbicas, das mulheres com deficiência, soropositivas, considerando as especificidades dos sujeitos políticos. Significa dizer que, meu discurso de mulher negra precisa ser ampliado para contemplar as desigualdades sofridas por todas as

---

**“Neste modo de produção capitalista é difícil vencer as desigualdades. Afinal, este modelo agudiza as diferenças, pondo a diversidade como uma diferença negativa e se apropria de todos os tipos de lutas e reivindicações para fortalecer o mercado. Inclusive, com a objetificação da mulher e com a capitalização da imagem dos seus corpos”**

---

mulheres. E as negras precisam ter sua fala legitimada, inclusive, por nós.

A única forma de ultrapassar este modelo capitalista é estarmos juntas, como os próprios

fóruns mundiais mantêm esta proposta de diálogo entre vários movimentos. Com a luta fragmentada não chegaremos a lugar nenhum.

Como jornalista, não poderia deixar de abordar a violência simbólica que diariamente invade as nossas casas, quando ligamos a televisão ou o rádio, ao comprar uma revista, ao ler o jornal. Geralmente, este tipo de violência tão sutil é desconsiderada, por isto é preciso que o movimento de mulheres atue politicamente também na comunicação. Afinal é através da comunicação e da mídia que este modo de produção escraviza a mente das mulheres, além de perpetuar uma sociedade fragmentada, individualista e sem solidariedade, trazendo para as mulheres também os conceitos do machismo e do patriarcado, culturas milenares de dominação. Então, é necessário que o movimento se organize, se fortaleça, discutindo dentro das comunidades.



## Grupos de Trabalho



## Metodologia

No terceiro dia de Encontro, após a mesa de debate "Panorama da violência contra as mulheres e as ações de enfrentamento na Região Metropolitana de Pernambuco" foram formados seis grupos de trabalho para discutir os assuntos referentes ao evento. Cada grupo avaliou as ações realizadas pelo movimento e sugeriu propostas de intervenção para 2008, respondendo as seguintes perguntas:

1. Quais as ações de enfrentamento da violência realizadas pelos grupos presentes no Encontro?
2. Considerando as ações do movimento de

mulheres debatidas na plenária, o que o grupo considera importante e que deve ser mantido, porque nos fortalece como movimento social em luta pelo fim da violência contra a mulher?

3. O que precisamos incorporar de novo na nossa ação para que essa luta seja mais efetiva nos próximos meses/ano?

Após as apresentações dos grupos, divididos e denominados por cores, se debateu em plenária para a definição de quatro propostas convergentes, que deveriam ser incorporadas como prioridade pelo Fórum das Mulheres de Pernambuco e os parceiros (as) neste ano de 2008.

## Avaliação e proposições dos grupos de trabalho

### **1) Quais as ações de enfrentamento da violência realizadas pelos grupos presentes no Encontro?**

- Ações diretas no bairro, com o objetivo de atender homens e mulheres: apitação, rodas de diálogo, reuniões com mulheres e nas escolas;
- Integração e articulação das mulheres dos bairros com o Fórum de Mulheres de Pernambuco;
- Caminhadas e participação nas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres;
- Participação e articulação com Conselho da Mulher;
- Interlocução e debate com parlamentares;
- Pesquisas;
- Produção de material educativo e de comunicação: panfletos, folders, VTs, spots, exposições de filmes, articulação com rádios

comunitárias;

- Promoção da autonomia financeira das mulheres, através da oferta de cursos de informática, reciclagem, confeitaria, artesanato, economia doméstica e culinária;
- Consultoria jurídica para mulheres;
- Ações educativas com profissionais de saúde para facilitar o diagnóstico da violência e o encaminhamento da vítima aos serviços especializados;
- Cursos de Promotoras Legais.
- Ações voltadas para públicos específicos como, por exemplo, trabalho educativo com crianças e adolescentes, prostitutas e com homens jovens.

### **2) Considerando as ações do movimento de mulheres debatidas na plenária, o que grupo considera**

### **importante e que deve ser mantido, porque nos fortalece como movimento social em luta pelo fim da violência contra a mulher?**

- Continuar com as mobilizações de rua, como as Vigílias pelo Fim da Violência contra a Mulher e o Apitaco, além de outras atividades com o objetivo de pressionar o governo a implementar, em sua totalidade, a Lei Maria da Penha, garantindo o respeito a todos os direitos das mulheres;
- Realizar Encontros de Mulheres, inclusive no interior, garantindo debates que fomentem um evento de âmbito estadual, assim como, o 2º Encontro de Mulheres com o tema Violência contra a Mulher, em 2008 (RMR);
- Projeto Mídia Advocacy;
- Cursos sobre direitos sexuais e reprodutivos;
- Realização das blitz nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.

### **3) O que precisamos incorporar de novo na nossa ação para que essa luta seja mais efetiva nos próximos meses/ano?**

- Intercâmbio com caravanas para cada município da RMR, escolhidos de acordo com o ranking da

violência (Vigília itinerante, um mês em cada município);

- Pressionar o governo do Estado para que crie o Conselho da Mulher, apresente Plano Estadual da Violência contra a Mulher e amplie a rede de atendimento às vítimas de violência;
- Promover campanhas educativas nas escolas das redes estadual e municipais, voltadas para alunos e professores, com distribuição de informativos;
- Fortalecer o Sindicato das Domésticas para acompanharem as profissionais agredidas nas casas em que trabalham;
- Criar uma rede de projetos sociais;
- Realizar uma capacitação com as mulheres dos grupos populares para discutir temas da pauta do movimento de mulheres como, por exemplo, a legalização do aborto;
- Articular ações do movimento de mulheres com outros movimentos que combatem a mídia discriminatória, as músicas que vulgarizam a mulher e a mercantilização do corpo da mulher;
- Lançar uma campanha de autonomia política e econômica para as mulheres;
- Fortalecer o Dia Mundial de Luta Antiglobalização (26 de janeiro), visibilizando a violência contra a mulher.

## **Propostas coletivas para o Fórum de Mulheres de Pernambuco e Parceiros (as) em 2008**

- Pressionar o governo para a melhoria da qualidade dos serviços e para a implementação de um plano de enfrentamento à violência contra a mulher, prioritariamente durante as Vigílias, o 08 de março e o 25 de novembro. Ocupar o Pátio de São Pedro, com o movimento pelo fim da violência contra as mulheres.
- Fortalecer o movimento de mulheres através da realização de encontros municipais, regionais (sertão, agreste, Zona da Mata e RMR), articulando o problema da Violência com as demais desigualdades enfrentadas pelas mulheres, principalmente a questão da autonomia econômica e do combate ao racismo.

- É importante garantir uma avaliação das propostas elaboradas nas conferências e dos Planos Nacional, Estadual e dos municípios que possuem políticas voltadas para as mulheres (trabalho, saúde, educação, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros).
- Realizar e articular ações junto aos outros movimentos no Dia Mundial de Luta Antiglobalização (26 de janeiro), com o objetivo de visibilizar a violência contra a mulher.

## Conclusão

Que a violência contra as mulheres seja inaceitável para você também! Este foi o lema que evidenciamos durante o processo de preparação e realização do I Encontro Metropolitano pelo fim da violência contra as mulheres.

Por compreendermos que diante de tanta violência nas suas diversas expressões: violência doméstica e familiar, violência sexual, violência simbólica, violência psicológica, violência institucional na vida das mulheres, que resultam em desrespeito, preconceito, exploração, dominação e mortes, sejam situações que nos mobilizem para lutar pela transformação social.

Que nos estimule para protestar, organizar, mobilizar e fazer formação política junto às organizações de mulheres e da sociedade em geral para vivermos com dignidade e ampliar nossos direitos.

Que a realização deste encontro possa cumprir com o desafio de uma ação processual, onde possamos rever e redefinir as estratégias de ação de enfrentamento da violência contra as mulheres à luz das propostas apresentadas pelos grupos e pela plenária.

E que as contribuições dos registros das exposições e dos debates possam contribuir nas reflexões e análises das causas e consequências das situações de violência contra as mulheres para



fortalecer o movimento de mulheres na região metropolitana e no nosso estado, que somado às ações dos movimentos no país, na América Latina e no mundo, seja inaceitável para todos os seres humanos qualquer tipo de violência.

# É preciso romper o silêncio!

## O QUE É A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

“Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause ou possa vir a causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, incluindo a ameaça de tais atos, tanto na esfera pública, como na esfera privada”. A violência não é apenas a prática de um ato violento, mas é também deixar de evitar um ato de agressão. Precisamos nos responsabilizar por esta mudança nas relações entre homens e mulheres. Este é um problema a ser enfrentado pelo Estado e pela Sociedade.

“A violência contra a mulher é uma manifestação de relações de poder, historicamente, desiguais entre homens e mulheres, impedindo o pleno avanço das mulheres”.

Na nossa sociedade, a violência está legitimada como principal forma de resolução de conflitos. E como estamos numa sociedade estruturada por um sistema patriarcal, que valoriza mais os homens do que as mulheres, a violência contra as mulheres é ainda mais legitimada e aceita, pois é entendida como parte integrante das relações familiares e afetivas. Precisamos desconstruir a cultura de que a violência contra as mulheres é “natural”.

## POR QUE LUTAR PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

Nós, mulheres, não somos objetos, mas seres humanos com vontade própria, capacidade de pensar, de escolher e decidir o que é melhor para nossas vidas.

Toda mulher tem direito a uma vida plena, livre de qualquer tipo de violência, em que sua autonomia e seus direitos sejam respeitados.

É preciso denunciar e não permitir que a violência contra as mulheres continue sendo aceita e tratada com naturalidade. Temos o dever de contribuir para que as relações entre as pessoas sejam mais igualitárias.

Precisamos lidar com os conflitos de forma democrática, encontrar soluções a partir do diálogo: respeitando nossas diferenças e diversidades e não querendo eliminá-las pelo uso da violência. Todas as pessoas têm o dever de contribuir para que as relações sociais sejam mais igualitárias.

A violência contra as mulheres é uma ameaça à democracia porque fere os direitos e uma ameaça à vida e à segurança de uma grande parcela da população.

## O QUE VOCÊ PODE FAZER PARA CONTRIBUIR COM ESTA LUTA?

- Organizar rodas de conversa para debater sobre o tema;
- Conversar sobre formas de resistência, proteção, auto-proteção e auto-cuidado, formas pacíficas de resolução de conflitos;
- Organizar reuniões para estudo e leitura de textos sobre o tema;
- Organizar visitas aos serviços que atendem as mulheres vítimas de violência, para saber como funcionam;
- Organizar debates para avaliar o funcionamento desses serviços, discutir propostas de políticas públicas para o enfrentamento dos problemas;
- Participar e mobilizar outras pessoas para atividades de rua, eventos educativos e ações dos movimentos e organizações que promovem ações de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Fortalecer o Fórum de Mulheres de Pernambuco articulando ações locais em seu bairro ou comunidade. Realizar ações conjuntas com outros movimentos sociais e divulgar as ações do movimento de mulheres como sujeito político de transformação social.

Viver sem violência é um direito das mulheres e é parte das transformações que queremos para o mundo em que vivemos



